



## As rimas da corrupção

A atual composição política nas estruturas de poder do país, infelizmente, tem jogado contra o serviço público, haja vista o atual Congresso Nacional, que permaneceu refém de um acusado e investigado como o senhor Eduardo Cunha. Nada podemos esperar de bom desse Congresso. E o Ministério da Saúde, que já vinha estimulando a terceirização, através das Parcerias Público-Privadas (PPP), tende a aprofundar a crise no setor.

O primeiro discurso do ministro da Saúde indicado por Temer revelou despreparo. Contrariou tudo que se sabe sobre o subfinanciamento da Saúde, lançou a ideia de criar um plano de saúde popular e defendeu abertamente uma ilegalidade, que é a redução do Sistema Único de Saúde (SUS). Posturas esdrúxulas que contrariam a Lei nº 8080.

Vivemos o processo de eleição dos municípios e vemos cada vez mais alianças se utilizarem das Secretarias de Saúde como moeda de troca para barganha de apoio a candidaturas. Mais um comportamento que aprofunda a degradação do SUS. Inclusive, no final das últimas eleições municipais, diversas prefeituras deram calotes nos médicos e a expectativa é que isso volte a ocorrer.

Recentemente, a Polícia Federal, através da Operação Copérnico, investigou as prefeituras de Salvador, São Francisco do Conde, Candeias, Madre de Deus e Lauro

de Freitas, revelando a promiscuidade entre gestores públicos e interesses privados. Para o Sindimed não chegou a ser surpresa. Sabemos que a terceirização da saúde, na esteira das PPPs, abre a janela para a corrupção. Ou seja, as alianças de políticos com certo tipo de empresário levam a graves desvios.

Esse modelo vai trazer, cada vez mais, prejuízos para o SUS. Verifica-se, também, que a prática desses empresários é de fraudar o contrato de trabalho dos médicos, por isso o sindicato já entrou com 15 ações civis públicas na Justiça do Trabalho cobrando o passivo. No caso da Operação Copérnico, a imprensa noticiou desvios superiores a R\$ 750 milhões.

Tanto no Estado como nas prefeituras, principalmente em Salvador, a política de terceirização é irmã gêmea da corrupção. E o governo federal ainda incentiva o Congresso a encaminhar projetos de lei regulamentando e aprofundando a terceirização.

O concurso público deveria ser a porta de entrada dos trabalhadores do município, do Estado e da União. Infelizmente, não é o que acontece. Não existe, por parte das autoridades, uma ação para regularizar isso. Por isso, é preciso permanecer na luta, buscando construir, cada vez mais, um cenário de mudanças e o fortalecimento do SUS.

*Francisco Magalhães – Presidente*